

TutPrv no HABEAS CORPUS Nº 565.461 - SP (2020/0059298-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
REQUERENTE : C R N F (PRESO)
ADVOGADO : GUILHERME GOUVÊA PICOLO - SP312223
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória, nos autos de *habeas corpus* impetrado em favor de C R N F, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no julgamento da Apelação Criminal n. 0003878-36.2017.4.03.6104/SP.

O requerente sustenta que o país vive em situação de absoluta excepcionalidade em razão da pandemia pelo vírus COVID-19, destacando a vulnerabilidade das pessoas inseridas no sistema prisional, ante a impossibilidade de afastamento social. Ressalta o quadro de superlotação do estabelecimento prisional onde se encontra o paciente e risco aumentado de contágio nessa situação.

Pondera a necessidade da aplicação da Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Requer a substituição da custódia do paciente por prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Na hipótese em análise, não vislumbro a presença de elementos autorizadores à concessão da tutela de urgência (art. 300 do Código de Processo Civil).

Isso porque a questão aqui trazida não foi anteriormente debatida pelas instâncias ordinárias, o que inviabiliza seu exame em sede de *habeas corpus*, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Ademais, é certo que, nos termos do art. 4º, I, da Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a reavaliação das prisões provisórias deverá ser realizada pelos "magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal".

Diante do exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

Prossigam com o andamento processual.

Superior Tribunal de Justiça

Após, retornem os autos conclusos para julgamento da impetração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator